

CONVERGÊNCIAS E URGÊNCIAS: O PAPEL DA EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE HOJE

CARTA DO GT DE EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE DA ABRASCO PARA APOIO ÀS DISCUSSÕES NO CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA DE 2018

CONSTRUÍDA POR MUITOS CORAÇÕES, MENTES E AFETOS, NO DIA 9 DE ABRIL 2018, NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

O Seminário do GT Educação Popular e Saúde da ABRASCO (GT EPS), com o apoio do Curso de Pós Graduação em Saúde Coletiva da UECE, teve como objetivos desenvolver uma breve análise da conjuntura política e da saúde, a partir de reflexões trazidas por dois convidados, José Ivo Pedrosa, da Universidade Federal do Piauí, e Gislei Knierim, do Setorial Saúde do Movimento Trabalhadores Rurais sem Terra.

Embalados pelos versos do poeta e revolucionário angolano Agostinho Neto, coletivamente cantados no ato de cenopoesia que abriu o Seminário, tivemos, pouco mais de uma centena de pessoas, uma manhã de debates e trocas, reavivando sonhos e o sentido de luta social que a defesa do SUS exige.

“Não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a pureza e a justiça existam dentro de nós.”

A conjuntura na qual se deu seminário foi trazida e serviu de ponto de partida para o debate e a elaboração deste documento. Trata-se de um complexo processo político, econômico e social de ataque e desmonte de políticas de bem-estar social, entre as quais está o setor saúde. Este processo não é apenas fruto de uma crise nacional, e sim parte de um reordenamento das forças do capital internacional. No Brasil, a correlação de forças políticas, que vinha caminhando na direção de um projeto democrático e popular, passou, a partir do golpe de 2015, a avançar na direção de um projeto conservador e elitista de sociedade, ocultado pelo ideário de guerra à corrupção, fazendo crer que esta é a principal causa das muitas crises vivenciadas pelo país, quando na verdade é, antes, um sintoma característico do conservadorismo, moralista, hipócrita e excludente.

O que está em jogo é o futuro da democracia no país, sendo o sistema Único de Saúde uma das principais políticas públicas que compõe o conjunto de iniciativas e propostas com vistas à justiça social. Sabemos bem quem são os grupos mais penalizados, aqueles que sofrem e sofrerão as consequências da retirada de direitos básicos à educação, à saúde, ao trabalho digno, à segurança.

Tanto José Ivo como Gislei tocaram em questões fundamentais para o debate acerca do papel da Educação Popular diante do cenário que vivemos. José Ivo apontou para as convergências da EPS, em torno da sua capilaridade em muitos espaços, como um campo em constante movimento, e também para a sua institucionalização em espaços como a ABRASCO, controle social, dentre outros. Questionou que, o fato de sermos capilarizados também tem seus riscos, como o da diluição de energias e fragmentação de projetos. Lembrou que, se por um lado, avançamos na nossa capacidade propositiva e executiva junto a projetos nacionais como o Curso de Aperfeiçoamento em Educação Popular e Saúde (EdPopSUS) e no diálogo com outras Políticas além da Política Nacional de Educação Popular e Saúde no SUS – PNEPS- SUS, como, por exemplo, a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPICS), por outro lado, temos de reconhecer que a formação política de coletivos e pessoas ficou em segundo plano. Aí estão as urgências: como retomar a dimensão política da EPS como resistência e luta, colaborando para o projeto político popular e democráticos do país? Como transformar as potências que acumulamos em força para a democracia plena? Como promover o diálogo intercultural entre os vários movimentos e lutas populares? O que nos une?

Tocou ainda no papel da academia neste processo, apontando para a descolonização das universidades, tanto no ensino como na construção de conhecimento. Como avançar nisso? E quanto aos serviços de saúde, como a EPS pode estar presente sem se deixar capturar, como se fosse apenas um conjunto de práticas alternativas? Com que aliados podemos contar?

Gislei trouxe a necessidade de que nos situemos dentro do processo histórico, para poder olhar a realidade. O projeto democrático do país, do qual o SUS é parte, foi construído a partir de conflitos, contradições, luta e resistência. Precisamos aprofundar a análise em torno de três eixos: a compreensão acerca do modelo de produção capitalista em curso, a correlação de forças existente, incluindo o papel do estado, e as múltiplas narrativas que circulam. As mídias e as tecnologias de comunicação contribuem para a construção de uma dada subjetividade, e por isso, precisamos ter claro: quais os sonhos elaborados por estas narrativas, e quais os sonhos que podemos construir juntos?

E preciso cuidar do outro, abrir-se ao outro, mas sem ler a realidade a partir dos eixos acima, não conseguiremos encontrar os elementos de convergência e solidariedade. Deixou indagações sobre o que significa fazer educação popular hoje, e como a EPS pode contribuir como matriz. O que a EPS mostra para quem está nas ruas, nas periferias, no campo, nas florestas? Como a EPS pode ajudar a iluminar a caminhada?.

Nossa reflexão se voltou, então, para nosso campo de fazeres e pensares, a Educação Popular e Saúde, e partindo de perguntas geradoras, os grupos se dividiram e aprofundaram alguns temas. Nestes temas, que fizeram parte do debate de todos os grupos, foram trazidas perplexidades e dores, mas também esperança e força para a luta:

1 – Formação profissional e formação política

Como descolonizar o ensino? Os grupos analisaram que as formações na área da saúde têm priorizado um ensino conteudista, com pouca relação com a prática. Além disto, apesar da existência de práticas de ensino, extensão e pesquisa de caráter participativo e que contemplam ou que dialogam com EPS, não tem sido este o tom ~~é este o tom~~ da formação no país. Os docentes precisam dialogar mais com os alunos sobre o papel histórico, político, social e cultural, além de econômico, do Sistema Único de Saúde, retomando sua história, e isto deve incluir não apenas estudantes da área da saúde, mas de todas as áreas.

A universidade pública deve ter papel protagonista para a mudança, se repensar e responder: formar para que, e para quem? Não se pode apagar as histórias individuais e coletivas dentro da formação universitária, a universidade não pode matar os saberes populares acumulados. Mais do que nunca, precisamos resgatar a formação política dentro da universidade, e, para isso, buscar as linhas de fuga, os espaços de ação comunitária, não restringindo-se unicamente à extensão; mas, também, transformar a extensão universitária em uma real extensão popular.

2 – Práticas e serviços de saúde

Onde e como se escuta o povo? Temos de pensar em tecer alianças entre serviços/unidades de saúde e seus usuários e falar da dimensão política da vida.

Os grupos discutiram questões como a precarização da força de trabalho de saúde, nas suas diversas formas, que se reflete no cuidado,—e o quanto é difícil para o trabalhador de saúde desenvolver processos para fortalecer o protagonismo do usuário, sendo ele mesmo invisível e descartável.

Ainda assim, é preciso apostar na possibilidade de efetivar micro-revoluções, fortalecendo a voz dos usuários. É preciso disputar e conquistar os espaços.

O trabalhador de saúde deve se colocar como sujeito do cuidado. Promoção da Saúde não se faz sem emancipação.

3 – Pesquisa e pós-graduação

Destacamos a importância das residências profissionais e multiprofissionais como espaço de resistência e oposição. Assim como nas graduações, é preciso investir na indissociabilidade entre a formação técnica profissional e a formação ético-política.

Sobre a pesquisa, discutimos sobre a produção de conhecimento que não considera os grupos da população como também produtores de saberes; e trouxemos críticas à pesquisa que os vê como meros objetos, fornecedores de dados.

4 – Ameaças ao SUS

“Este mar está poluído, mas ainda é mar”.

A população está intencionalmente excluída dos processos de discussão sobre as políticas e normativas do SUS. Como exemplos recentes de decisões que não respeitaram o conjunto de representações de usuários e trabalhadores estão a nova Política Nacional de Atenção Básica – PNAB e a Política Nacional de Saúde Mental.

Afirmamos: é preciso que o povo participe das decisões.

No geral, os que defendem o SUS não estão, ainda, em unidade. E há um grande contingente da população brasileira sem saber o que defender. É preciso trazê-los para as discussões sobre o direito à saúde. Defendeu-se que tanto a participação social, institucionalizada via controle social, como a participação popular, como expressão ativa da população, nas suas diversas formas, sejam fortalecidas.

A Educação Popular e Saúde não é um meio para a democracia. A democratização é parte do processo pedagógico da EPS.

Pode ser mais um dispositivo para o encontro e reconciliação entre culturas e lutas populares, tornando-as mais fortes, sem que percam sua identidade e história.

A Educação Popular e Saúde, como campo e como movimento, pode e quer contribuir para a defesa intransigente do SUS nos seus princípios de universalidade, equidade e integralidade. Para isso, precisamos resistir, mas também criar a mudança, o novo.

A ABRASCO é espaço onde as mudanças e o novo podem acontecer!

Todos e todas ao ABRASCÃO 2018!

Olhando de dentro

De que lado eu estou?

Aliados, inimigos, amigados, intrigados, separados!

E os SUS eu te pergunto qual o lado?

Qual a lógica

O movimento

Fragmentado

Grupos

Terceirizados

Formação

Individualismo

Lutas

Exóticos isolados

Não é atração.

Potências e essências.

A união dos lados

É a união do todo

Unindo laços, criando forma

Forma perfeita do povo

(versos compostos durante o seminário por Anderson Ismael Beserra de Souza, nutricionista e poeta popular)

Corações e mentes participantes:

Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde – ANEPS-CE, GT Educação Popular e Saúde da ABRASCO, Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, Movimento da Luta

Antimanicomial, Fórum de Residentes, Levante Popular da Juventude, Associação Cearense de Alunos de Pós-Graduação, Movimento Nacional de Médicos e Médicas Populares, Rede de Educação Popular e Saúde, Conselho Municipal de Saúde de Fortaleza, Conselho Estadual de Saúde do Ceará.